

CONCESSIONÁRIA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. - CENTRAD

CNPJ/MF: 10.671.035/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Em milhares de reais				Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma				Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma			
		2015	2014			2015	2014			2015	2014
Ativo				Passivo e patrimônio líquido							
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)		121	2.490	Financiamentos (Nota 10)		30.407	1.084	Operações continuadas			
Ativo financeiro da concessão (Nota 7 (i))		35.699	31.013	Debêntures (Nota 10)		13.360		Receitas líquidas (Nota 14)		279.367	455.453
Estoques (Nota 8)		14.855	18.723	Fornecedores e outras contas a pagar		50	677	Custos de construção(Nota 15)		(110.580)	(334.389)
Outros ativos		1.924	1.629	Obrigações sociais e trabalhistas		636	626	Lucro Bruto		168.787	121.064
		52.599	53.855	Impostos, taxas e contribuições		995	39	Despesas gerais e administrativas (Nota 16)		(6.073)	(5.979)
						45.448	2.426	Lucro operacional		162.714	115.085
Não circulante				Não circulante				Resultado financeiro			
Realizável a longo prazo				Financiamentos (Nota 10)		692.458	617.815	Resultado financeiro, líquido (Nota 17)		(44.207)	5.350
Aplicação financeira (Nota 9)		8.630	20.726	Debêntures (Nota 10)		114.142	108.680	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		118.507	120.435
Ativo financeiro da concessão (Nota 7 (ii))		1.282.626	991.610	Tributos sobre contraprestação (Nota 11 (a))		73.719	57.779	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11 (c))		(40.291)	(40.948)
		1.291.256	1.012.336	Tributos diferidos (Nota 11 (b))		91.950	52.217	Lucro líquido do exercício		78.216	79.487
Imobilizado		58	56	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 12)		12.600				78.216	79.487
		1.291.314	1.012.392	Patrimônio líquido				Total do resultado abrangente do exercício		78.216	79.487
Total do ativo		1.343.913	1.066.247	Capital social		135.000	126.950	Lucro por ação básico das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação) (Nota 18 (a))		0,59	0,63
				Reservas de lucros		178.596	100.380				
						313.596	227.330				
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.343.913	1.066.247				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de realização de investimentos	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2014	126.950	1.045	4.962	14.886			147.843
Lucro líquido do exercício						79.487	79.487
Transações com acionistas:							
Constituição de reservas		3.974	18.878	56.635		(79.487)	
Em 31 de dezembro de 2014	126.950	5.019	23.840	71.521			227.330
Lucro líquido do exercício						78.216	78.216
Transações com acionistas:							
Aumento de capital (Nota 13 (a))	8.050				55.729	(78.216)	8.050
Constituição de reservas		3.911	18.576				
Em 31 de dezembro de 2015	135.000	8.930	42.416	71.521	55.729		313.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais
A Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 6 de fevereiro de 2009, tendo como objeto social a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal (“CADF”), na forma de Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada (“PPP”) nº 01/2008 e do Contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (“GDF”).

Em 8 de abril de 2009, foi firmado contrato de concessão entre a então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, hoje Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e a CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008, cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF.

O prazo de vigência do contrato é de 22 anos contados a partir do início das obras, e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 21 anos, considerando o início da operação. Até 31 de dezembro de 2015, foi efetuada a entrega parcial de 31,41% (não revisado) referente à FASE I do empreendimento.

O Centro Administrativo do Distrito Federal encontra-se com cerca de 97% (noventa e sete por cento) de avanço físico das obras concluídas, sendo que os 3% (três por cento) restantes aguardam a unilateral e assinatura de aditivo ao Contrato de Concessão em razão do pedido unilatral de alteração de escopo promovido pelo Poder Concedente. Adicionalmente, o Poder Concedente está avaliando as medidas necessárias que possibilitarão o início da ocupação do Centro Administrativo.

A Companhia é controlada pela Centrad Holding S.A. (“Centrad Holding”), sendo esta controlada em conjunto pela Odebrecht Properties Parcerias (“OPP”) e pela Via Engenharia S.A. (“VIA”). A controladora final da OPP é a Odebrecht S.A. (“ODB”). Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a controladora indireta Odebrecht S.A. Embora a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros
2.3.1 Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São contabilizados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “Ativo financeiro da concessão” e “Aplicação financeira” (Notas 6, 7 e 9 respectivamente).

2.3.3 Impairment de ativos financeiros
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.4 Ativo financeiro da concessão
O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do contrato de Parceria Público-Privado com o GDF, por intermédio da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (Nota 1), reconhecido pelo fato da Companhia possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo.

O ativo financeiro da concessão com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos está representado no ativo circulante e no ativo não circulante, sendo que o recebimento integral dos valores está estimado para ocorrer no período de 21 anos, contados a partir da entrega primeira fase da infraestrutura.

O saldo do ativo financeiro da concessão é inicialmente registrado pelo seu valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado (Nota 2.12 (c)).

2.5 Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo e o método de avaliação é o da média móvel ponderada.
Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção.

2.6 Aplicação financeira
A aplicação financeira é registrada inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. Inclui contas garantidas para cobertura do financiamento contratado. Esta conta reserva não possui liquidez imediata e pode ser movimentada apenas mediante autorização do banco financiador.

2.7 Financiamentos e debêntures
São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.8 Fornecedores e outras contas a pagar
Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática o valor justo não difere do valor faturado pelos fornecedores em função do prazo médio de pagamento.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 11 (c)).

2.10 Tributos sobre contraprestação
Os tributos sobre a contraprestação contemplam o Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (“ISS”) às respectivas alíquotas 0,65%, 3% e 2%. São calculados com base na receita de construção e atualização do ativo financeiro, sendo que o reconhecimento ocorre mensalmente na demonstração do resultado.

2.11 Benefícios a empregados
Obrigações de aposentadoria
A Companhia mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida junto a Odeprevid Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (“ODB”), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

2.12 Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

(a) Receita de contratos de construção
A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de construção, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública, uma vez que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de custo acrescido da margem, mediante incorporação da margem de construção de 0,7% somadas a alíquota de 5,65% dos impostos incidentes sobre o faturamento e aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude dos serviços prestados, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro da concessão.

(b) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras (Nota 17).

(c) Atualização do ativo financeiro da concessão
A receita de atualização do ativo financeiro da concessão representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva de 1,3% ao mês sobre o montante do principal.

A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

2.13 Lucro por ação
A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Nota 18).

2.14 Provisão para contingências
As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; e b) provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. A Companhia é parte envolvida em processos civis, em andamento, e a avaliação de risco está amparada por seus assessores legais externos.

2.15 Normas novas que ainda não estão em vigor
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 15 - “Receita de Contratos com Clientes” - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - “Contratos de Construção”, IAS 18 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

As novas normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão a seguir.

(a) Reconhecimento de receita
Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção estimada pela administração em 0,7%, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

4 Gestão de risco financeiro
4.1 Fatores de risco financeiro
A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(a) Risco de liquidez
É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(b) Risco com taxas de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos.

(c) Risco de crédito
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

4.2 Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	2015	2014
Total de financiamentos e debêntures (Nota 10)	850.367	727.579
Menos:		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(121)	(2.490)
Aplicação financeira (Nota 9)	(8.630)	(20.726)
Dívida líquida	841.616	704.363
Total do patrimônio líquido	313.596	227.330
Total do capital	1.155.212	931.693
Índice de alavancagem financeira - %	73	76

	2015	2014
Empréstimos e recebíveis		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	121	2.490
Aplicação financeira (Nota 9)	8.630	20.726
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)	1.318.325	1.022.623
	1.327.076	1.045.839

	2015	2014
Outros passivos financeiros		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos (Nota 10)	722.865	617.815
Debêntures (Nota 10)	127.502	109.764
Fornecedores e outras contas a pagar	50	677
	850.417	728.256

	2015	2014
Caixa e bancos	121	294
Aplicações financeiras		2.196
	121	2.490

7 Ativo financeiro da concessão
Refere-se ao direito de faturar ao Poder Concedente do Contrato de PPP com o GDF (Nota 1).

	2015	2014
Setor público		
Direitos a faturar (*)	1.279.300	1.007.015
Faturas emitidas ao poder concedente - Serviços de construção (**)	39.025	15.608
	1.318.325	1.022.623

	2015	2014
Ativo circulante	(35.699)	(31.013)
Ativo não circulante	1.282.626	991.610

(*) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo total incorrido, acrescido de margem de construção, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(**) Saldo devido do contas a receber, referente às notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude da evolução física da construção e entrega parcial do Centro Administrativo do Distrito Federal (“CADF”). A Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas, uma vez que o prazo de pagamento das notas fiscais encontram-se em negociação com o Poder Concedente, com expectativa de recebimento a partir do início da operação.

	2015	2014
2016		129.991
2017	133.620	137.907
2018	149.003	145.131
2019	156.146	152.388
2020	163.441	160.007
2021	170.785	168.007
2022 até 2034	509.631	98.179
	1.282.626	991.610

	2015	2014
2016		129.991
2017	133.620	137.907
2018	149.003	145.131
2019	156.146	152.388
2020	163.441	160.007
2021	170.785	168.007
2022 até 2034	509.631	98.179
	1.282.626	991.610

8 Estoques
Materiais de instalações elétricas 736 3.583
Materiais para fachada e piso 5.602 5.655
Adiantamento para estoque 8.514 8.374
Outros materiais 3 1.111
14.855 18.723

9 Aplicação financeira
O montante de R\$ 8.630 (2014 - R\$ 20.726), registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2015, é mantido como garantia de pagamento das debêntures, conforme previsto na escritura de emissão, R\$ 1.438 remunerados a 100,8% do CDI e o montante de R\$ 7.192 remunerados a 100% do CDI.

10 Financiamentos e debêntures
(i) Financiamentos
Em 28 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento no montante total de R\$ 604.084 com a finalidade de construção do CADF, a liberação dos recursos foi realizada mediante a solicitação da Companhia, obedecendo ao prazo de utilização de 24 meses.

O financiamento tem vencimento em 204 meses, com período de carência para amortização do principal de 30 meses. Até 31 de dezembro de 2015, a Instituição Financeira havia liberado o montante de R\$ 598.043, sendo R\$ 303.000 em 2013 e R\$ 295.043 em 2014.

Até a presente data foi liquidado o montante de R\$ 58.748, sendo R\$ 15.356 em 2015 e R\$ 43.212 até 2014, referente a liquidação parcial dos juros.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do financiamento é de R\$ 722.865.

	2015	2014
1ª Série	63.430	54.882
2ª série	64.072	54.882

CONCESSIONÁRIA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. - CENTRAD

CNPJ/MF: 10.671.035/0001-06

DIRETORIA

CONTADOR

Roberto de Mendonça Braga
Diretor Geral

Marco Antonio Lopes
Diretor Administrativo-Financeiro

Roberto de Mendonça Braga
Diretor de Operações

Mário Destro Filho
CRC SP-122117-T/DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses

controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase – Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais

conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, que, em conjunto com a Via Engenharia S.A., controla a Companhia. Essas investigações encontram-se em andamento, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas

Salvador, 15 de Abril de 2016

PricewaterhouseCoopers
AuditoresIndependentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Leandro Mauro Ardito
Contador

Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" DF